



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Comissão Eleitoral Central

5 de setembro de 2023

ANÁLISE DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Interessado: Marlon de Oliveira do Nascimento

Assunto: Recurso contra decisão da Comissão Eleitoral Local

01. SÍNTESE DO RECURSO

1.1 O requerente cita a Lei nº 11.892/2008 eo Decreto nº 6986/2009, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e diz que o indeferimento da inscrição é medida arbitrária e sem qualquer amparo legal, haja vista que o Suposto registro em cartório exigido não encontra abrigo nas legislações federais que regem a matéria.

1.2 Cita a Lei 6015/73, em seu artigo 127, relaciona os documentos que deverão ser registrados em cartório para produzir qualquer efeito, na referida relação não há citação ao documento exigido no regulamento do IFAP, o que imediatamente enquadra o referido documento no inciso VII do artigo 127 da Lei 6015/73, que disciplina o registro facultativo de qualquer documento.

1.3 Argumenta que o registro público não possui efeito prático e merece ser rechaçada por dois simples motivos, a fé pública ao documento é conferida pelo próprio servidor público que o assina (matéria de conhecimento público) e a publicidade no caso posto em análise ocorrerá com a publicação aos interessados, matéria de competência da própria comissão eleitoral central.

1.4 E argumenta que o indeferimento da inscrição do candidato para o cargo de Diretor-Geral fere alguns princípios administrativos: legalidade, proporcionalidade e razoabilidade

1.5 Eis o suficiente relato.

02. DO PEDIDO

2.1 requer que seja conhecido e processado o presente recurso, com o seu provimento, reformando-se a decisão impugnada para deferir o registro de candidatura do recorrente, condicionando a homologação definitiva ao saneamento da irregularidade formal, com o registro do plano de trabalho em cartório, em observância ao princípio da razoabilidade e disposições da Lei n. 11.892/2008 e Decreto n. 6.986/2009.

03. DA ANÁLISE

3.1 Cumprimentando-o(a), a Comissão Eleitoral agradece pelo recurso apresentado e pelo interesse demonstrado no certame eleitoral em questão. Após minuciosa análise da fundamentação apresentada e embasada em critérios jurídicos

e pelos princípios que regem a Administração pública, a Comissão decidiu deferir o recurso pelas razões a seguir expostas.

3.1 Os requisitos legais para o(s) candidato(s) concorrer(em) ao cargo de Reitor e Diretor-Geral dos Institutos Federais foram estabelecidos pelo legislador pátrio de forma taxativa na Lei 11.892/2008 e Decreto 6.986/2009, mesmo reconhecendo e reafirmando a competência desta Comissão Eleitoral Central para regulamentar e conduzir o processo eleitoral no âmbito do IFAP, esta comissão eleitoral não possui competência para inovar e estabelecer requisitos legais que o legislador pátrio optou por não fazer.

3.2 Ademais, para esta comissão exigir tal formalidade, com o máximo rigor, deve se submeter a íntegra da Lei de Registros Públicos (Lei 6015/73). Nessa linha, importante esclarecer que a Legislação citada classificaria o plano de trabalho de candidato ao cargo em questão como documento **facultativo**.

3.3 Assim sendo, a decisão da Comissão local no caso posto em análise não merece prosperar.

3.4 Ademais disso, os gestores públicos, em qualquer nível de atuação, devem de fato obediência aos princípios que regem a Administração Pública. Nessa esteira, destaca-se o princípio da legalidade, que será violado se esta Comissão Eleitoral Central inviabilizar a candidatura de candidato(s) por questões meramente formais que, conforme já citado, não foram previstas na legislação federal que rege a matéria.

3.5 Tem-se, ainda, que a decisão de deferimento da inscrição posta em análise privilegia o princípio da proporcionalidade, que impõem que as medidas adotadas pela Administração Pública devem ser adequadas, necessárias e proporcionais e veda imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

3.6 Combinado ao exposto, vale ressaltar que o registro em cartório, **quando obrigatório**, tem as seguintes finalidades: autenticidade, publicidade, conservação e segurança do documento original. Finalidades essas, que perdem efeito neste caso, quando o candidato se inscreveu apresentando documentos assinados, nas datas previstas no cronograma eleitoral, comprovando assim, a autenticidade do autor e da data. As demais finalidades serão atingidas na publicação dos planos de trabalho como previsto no Regulamento Eleitoral.

04. DA CONCLUSÃO

04.1. Pedido recebido, analisado e deferido.

Hanna Patrícia da Silva Bezerra

Comissão Eleitoral Central

Resolução nº 50/2023-CONSUP/RE/IFAP

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Hanna Patrícia da Silva Bezerra, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 05/09/2023 15:20:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 70444

Código de Autenticação: f02240d139

